

**Gênero e Sexualidade nas escolas:
análise do projeto de extensão universitária Papo Séri¹**

Gabriela Pedroni

Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Extensão

1. INTRODUÇÃO

Ensino. Pesquisa. Extensão.

Esses são os três pilares que sustentam a universidade pública brasileira, previsto no texto da Constituição Federal Brasileira de 1988, que os institui como princípios indissociáveis para a formação universitária. Esse marco legal demonstra o espaço importante que a prática extensionista passou a ter no cenário brasileiro, ainda que seja entendida por muitos professores como complementar à prática antropológica. Neste artigo, buscarei demonstrar como uma prática extensionista desenvolvida numa universidade do Sul do Brasil pode conjugar esses três princípios da educação universitária brasileira, sendo um exemplo para a proliferação e valorização desse instituto dentro da formação de novas antropólogas e cientistas sociais.

Nos anos 2002 e 2016, o Brasil passou por um momento político ímpar no que diz respeito à formulação e execução de políticas públicas de gênero e diversidade no campo da Educação, políticas que têm como marca a forte articulação com movimentos sociais e demandas por parte da sociedade brasileira. No bojo deste momento político-social, as Universidades Federais tiveram um papel fundamental na aplicação e desenvolvimento de projetos pioneiros no que diz respeito a questões de gênero/sexualidade e diversidades étnico-raciais. A UFSC e, em particular, o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e o Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (NEPI) estiveram

1 Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

diretamente envolvidas neste processo acadêmico e político que levou a uma profunda transformação das universidades e de seu papel social junto à diferentes comunidades e populações (GROSSI e TASSINARI, 2017).

Neste sentido, o Projeto guarda-chuva em que a minha pesquisa está inserida, intitulada *Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades*², tem o intuito de voltar-se para analisar os efeitos que essas políticas públicas tiveram na UFSC e no Estado de Santa Catarina. No momento atual político em que estamos vivendo, de retrocesso social, retirada de direitos, movimentos contrários ao debate sobre gênero e sexualidade entendo a pesquisa que realizei seja socialmente relevante para avaliar profunda e criticamente um projeto de extensão que contribuiu para trazer o debate de tais temas dentro de escolas públicas da região.

O meu recorte dentro dessa pesquisa guarda-chuva é de analisar o Projeto de Extensão Papo Sério, desenvolvido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Diversidade (NIGS), vinculado ao departamento de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre os anos de 2007 e 2015, em que tinha como finalidade promover debates sobre gênero e sexualidade nas escolas da Grande Florianópolis/SC. Esses debates foram realizados em diferentes escolas públicas da região em três eixos diferentes: (a) oficinas, (b) concurso de cartazes sobre Homo-Lesbo-Transfobia e Heterossexismo nas Escolas e (c) eventos que pautavam a luta contra discriminações. Essas atividades foram realizadas pelos alunos e docentes da Universidade, em diálogo com os estudantes do ensino básico. As temáticas desenvolvidas nas escolas incluíam: direitos humanos, educação, religião e sexualidade, gênero, movimentos sociais, violências de gênero e outras formas de violência, feminismos, homofobia, lesbofobia e transfobia, legislação e homossexualidades (GROSSI, 2016).

Portanto, o artigo está dividido em quatro tópicos, sendo o primeiro expondo os referenciais éticos e metodológicos, e em seguida realizo a análise do referido projeto de

2 O Projeto de Pesquisa *Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades*, financiado pela CAPES/SECADI, está sendo desenvolvido no Programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), envolvendo o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e o Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (NEPI), sob a coordenação das Professoras Miriam Pillar Grossi e Antonella Tassinari, e tem como objetivo analisar as políticas públicas no campo da Educação em Direitos Humanos que vinham sendo desenvolvidas pelo Governo Federal nos últimos 15 anos e na UFSC há mais de uma década.

extensão sob três ângulos: o primeiro deles como Projeto de Extensão, refletindo sobre a constituição da extensão universitária no contexto brasileiro e como o Papo Sério dialoga com esse modelo institucional; no segundo momento tratarei de como a pesquisa articulou e embasou esse trabalho, e, por fim, tratarei sobre os processos de ensino-aprendizagem formulados no bojo deste projeto.

2. METOLOGIA

A minha pesquisa pretenderá compreender o que foi o Projeto de Extensão Universitária Papo Sério a partir de três aspectos: ensino, pesquisa e extensão.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que a perspectiva teórico-metodológica que baseia essa pesquisa busca considerar a minha posição enquanto antropóloga na elaboração desse conhecimento, isto é, o saber que procurarei transmitir através da minha pesquisa e da minha escrita é localizado, conforme formulado por Donna Haraway (1995). Entendendo que partirei de uma perspectiva parcial, que não terá o interesse de ser universal e universalizante, mas que perpassa o conceito de objetividade como algo que diz respeito à corporificação específica e particular. Assim, procuro evidenciar desde já o local desse conhecimento: parte de uma antropóloga, feminista, latino-americana e engajada com na promoção de debates de gênero e diversidade dentro da construção do fazer antropológico.

Ademais, penso que existirá também uma necessidade de proximidade e afastamento durante a pesquisa que realizarei. Por um lado, estou próxima desse objeto, pois também faço parte do NIGS e por muitos anos participei de projetos de extensão universitárias; e por outro lado, me afasto desse objeto na medida em que não estive envolvida diretamente com o Papo Sério. Nesse sentido, assim como elencado por Heloísa Pontes, terei que trabalhar dentro da minha pesquisa com essa dinâmica de afastamento e proximidade, como forma de compreender melhor a questão que tratarei (1993). Assim como elencado por ela, a pesquisa antropológica brasileira está inserida dentro dessa perspectiva de proximidade com “o Outro”, muito diferente de alguns debates teóricos que provém do Norte Global, em que o que esses antropólogos pesquisam está em outra sociedade – muitas vezes com uma distância espacial

considerável – o que faz com que a nossa pesquisa seja diferente, assim como nossas reflexões teóricas.

Como o *Papo Séri* é um projeto que se encerrou no ano de 2015, a minha pesquisa tem como base a análise documental. Assim, consistiu no levantamento, catalogação e análise dos materiais elaborados no Projeto Papo Séri, quais sejam: relatórios elaborados pelos participantes, relatórios finais de cada ano e vídeos produzidos pela equipe.

Neste sentido, para realização dessa etapa de pesquisa me baseio nos ensinamentos traçados por Sá-Silva, Almeida e Guindano a respeito da pesquisa documental (2009), sendo um dos primeiros aspectos que justifica a utilização dos documentos já produzidos é para acrescentar a dimensão temporal à compreensão do social. A possibilidade que se tem de partir de dados passados, fazer algumas inferências para o futuro e, mais, a importância de se compreender os seus antecedentes numa espécie de reconstrução das vivências e do vivido. Portanto, a pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos. (SÁ-SILVA; DOMINGOS DE ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 13/14).

Por conseguinte, buscarei no próximo tópico relacionar o Papo Séri com o contexto extensionista brasileiro, percebendo a similitude em seu objetivo com as comunidades não acadêmicas.

3. EXTENSÃO

Voltar o meu olhar enquanto pesquisadora para os efeitos de um projeto de extensão é retornar a um local muito marcante na minha trajetória acadêmica de outro ponto - não mais como extensionista, mas pesquisadora. De fato a extensão universitária perpassou os principais momentos da minha trajetória de diferentes maneiras, mas tendo todos uma relevância considerável para a minha formação.

A minha experiência com a extensão universitária iniciou no segundo semestre de Direito, no ano de 2009, através do Serviço de Assessoria Universitária Jurídica

(SAJU) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este amplo projeto de extensão universitária é composto por diversos grupos que atendem demandas sociais específicas por meio da divisão interna em temáticas. Estive presente ao longo da minha graduação em direito vinculada de alguma forma a este projeto, mas em diferentes grupos que atuavam na temática dos direitos humanos em diferentes perspectivas, dentre eles dois foram realmente transformadores. O primeiro foi o Grupo de Assessoria Justiça Popular (GAJUP)³ que atuava nas questões ligadas ao direito à moradia junto à Vila Chocolatão, este grupo foi uma escola em relação ao direito à terra e urbanístico e as formas alternativas de utilizar o direito, bem como à relação - nem sempre harmônica - com os movimentos sociais comunitários. O segundo grupo que gostaria de mencionar foi o G8-Generalizando: Direitos Sexuais e de Gênero⁴, que se voltava para a assessoria jurídica em questões relacionadas à violência doméstica, sexualidade e identidades de gênero, o qual foi impactante para a minha consolidação enquanto militante feminista e me introduziu as teorias de gênero e atuação com movimentos sociais LGBT de Porto Alegre.

Já na graduação em Ciências Sociais, a minha aproximação com a extensão foi através da inserção no ano de 2015, no projeto de extensão e pesquisa Direitos Humanos, Moralidades e Subjetividades nos Circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua, vinculado ao Departamento de Antropologia da UFRGS e coordenado pela Professora Patrice Schuch, em que iniciei uma observação participante, de inspiração etnográfica, nas reuniões do Jornal Boca de Rua⁵, assim como pelo contato com os participantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Neste projeto meu olhar, ouvir e escrever voltou-se para as mulheres em situação de rua e as

3 O Grupo de Assessoria Justiça Popular (GAJUP) é um grupo de extensão, vinculado ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criado no ano de 2009, possui como temática a educação e assessoria populares, trabalhando atualmente com a Vila do Chocolatão, comunidade pobre de Porto Alegre.

4 O Grupo G8-Generalizando (Direitos Sexuais e de Gênero), do SAJU/UFRGS, trata da temática dos Direitos da Mulher, mas também engloba em suas ações todas as sexualidades e possibilidades que o masculino e o feminino apresentam. Assim, entendendo gênero em sentido amplo, o público-alvo do grupo é composto por mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, especialmente aquelas que são vítimas de violência, e também a população LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e trans), que sofre com a homofobia e violências cotidianas silenciosas.

5 O Boca de Rua é um jornal feito e distribuído por pessoas em situação de rua há mais de 15 anos, com o auxílio de estudantes e jornalistas essa mídia busca noticiar ao público as questões relevantes do cotidiano desse grupo social e ser uma fonte de renda para os seus integrantes.

questões específicas que eram levantadas por elas e que, muitas vezes, ficavam em segundo plano pelas (diversas) demandas desse grupo (OLIVEIRA, 1998)⁶. Esse projeto conjugou diferentes aspectos do meu interesse e experiência: o contato com movimento social, a antropologia e o gênero.

Esse breve relato da minha trajetória acadêmica a partir da extensão tem como intuito trazer algumas questões a respeito da importância pessoal e subjetiva dessa forma de aprendizado. Foi neste local que a temática dos direitos humanos se consolidou na minha formação, em diferentes âmbitos, e que a integração com os movimentos sociais possibilitou sair do ambiente puramente acadêmico e pensar em um conhecimento articulado com as demandas sociais. Assim como eu, muitos colegas relatavam a importância da inserção em projetos de extensão para a sua formação acadêmica, deste modo, esse trabalho também se propõe a perceber a extensão como local de formação e transformação dos estudantes a partir do Papo Sêrio. Pensando a importância da extensão universitária para a minha formação e sendo o Papo Sêrio um projeto desta modalidade, gostaria de refletir sobre essa atividade na Educação Superior Brasileira.

O debate acerca das concepções, diretrizes e práticas da Extensão Universitária e sua trajetória histórica nas universidades brasileiras ainda pode ser considerado como um tema conturbado e que envolvem disputas de significados (GONÇALVES e VIEIRA, 2015), no entanto, ao observar alguns marcos importantes para a Extensão Universitária pode-se perceber um avanço a respeito de algumas concepções e funções dessa atividade, assim como uma consolidação institucional no âmbito universitário (ainda que, de modo geral, seja menos prestigiada que o ensino e a pesquisa dentro do cenário acadêmico).

As primeiras atividades de Extensão Universitária no Brasil datam do início do Século XX, em que estavam voltadas para a realização de cursos e conferências abertas ao público, embora ainda não se constituía como política universitária difundida e institucionalizada (NOGUEIRA, 2003). Sendo a partir do final da década de 1960 e

6 Para saber mais ver: SARMENTO, C.; PEDRONI, G. Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13, 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2017.

início de 1970 que a extensão passa a ser tratada como uma política nacional em relação às universidades.

Em 1968 a Extensão Universitária aparece na Lei 5.540, que estabeleceu a Reforma do Ensino Superior no Brasil, sendo assim instituída como uma modalidade de curso dentre graduação, pós-graduação e especialização (BRASIL, 1968). Com isso, essa modalidade ganha projeção nacional em um período de ditadura civil-militar, muito amparada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional – tendo como exemplo a criação dos seguintes programas nacionais: Projeto Rondon, Campus Avançado e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) (GONÇALVES e VIEIRA, 2015; CARBONARI e PEREIRA, 2015).

Mas a primeira política voltada para a extensão é criada propriamente apenas em 1975, através do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação da Extensão Universitária (CODAE)⁷. A sua elaboração buscou trazer para a responsabilidade e controle do Estado essa modalidade, uma vez que assegura a competência do MEC de propor a política de extensão nas universidades brasileiras, que até o momento estavam dispersas sob o controle autônomo de cada instituição. Neste documento, destaco um dos elementos da extensão universitária que está presente até hoje: a ideia de dialogicidade entre a universidade e a sociedade (GONÇALVES e VIEIRA, 2015; NOGUEIRA, 2003).

Entre as primeiras produções da CODAE, está o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Neste, sob a influência das ideias de Paulo Freire (1992), **a Extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular.** (MIRANDA e NOGUEIRA, 2012, p. 13)

Na década de 1980 surge um novo ator que influenciará os rumos da extensão universitária brasileira, qual seja, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Este elaborou duas políticas de extensão importante: o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXT) e o Plano Nacional de Extensão, que datam respectivamente de 1993 e 1998 (NOGUEIRA, 2003). Mas anteriormente a isso ainda tem-se a inserção dentro da Constituição Federal

7 Extinta em 1979.

de 1988 o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esses três marcos legais e políticos consolidam a Extensão Universitária dentro da Universidade Brasileira como uma prática institucional de caráter nacional.

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (MIRANDA e NOGUEIRA, 2012, p. 17)

Esse diálogo entre universidade e sociedade também estava presente no Papo Sério, uma vez que os saberes acadêmicos ali produzido seriam levados para dentro das escolas em um movimento dialógico, isto é, a problematização a respeito de gênero e sexualidade. Ainda, considero que esse propósito de retorno para a sociedade do conhecimento produzido dentro do ambiente acadêmico demonstra como essa modalidade influencia os propósitos do projeto, uma vez que percebo que o retorno que aparece dentro do Papo Sério é um elemento central de práticas extensionistas.

Além disso, a consolidação da extensão no cenário brasileiro, traz suporte para a institucionalização do Projeto e sua legitimidade dentro do espaço acadêmico. Apoio institucional que não opera apenas em um plano simbólico, mas também no plano prático, uma vez que esse projeto contava com bolsistas especificamente de extensão para a realização dessas atividades. Assim, em vez de pensar na extensão como um braço menor da pesquisa e do ensino, a implementação de bolsas de extensão sinaliza a relevância desse trabalho, em que se faz necessária a dedicação de horas de trabalho intelectual para a sua realização.

Em 2010 o Papo Sério foi aprovado como projeto Institucional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC e foi selecionado também no Pró-Bolsas 2010. Com isso, garantiu duas bolsistas de extensão para se dedicarem exclusivamente ao projeto. E o NIGS foi contemplado com três bolsas permanências que também previam atividades dentro do Papo Sério. Sendo assim, foi possível ampliar significativamente as atividades de 2009 para 2010. (Relatório final do Projeto Papo Sério, 2010)

Como declarado no trecho acima, a colaboração de bolsistas voltados para esse projeto contribuiu na expansão desse projeto. Ademais, a partir de apoio financeiro

especificamente para a extensão, no ano de 2015 que o NIGS contou com maior quantidade de bolsistas, voltados ativamente para elaboração e implementação das atividades desenvolvidas pelo Papo Sérió.

Como elencado na sessão metodológica, incorporar a dimensão temporal na pesquisa antropológica possibilita compreender esse projeto de extensão como inserido em dinâmicas próprias de seu momento político-social. É importante compreender que o alcance que esse projeto teve se deve também a uma ascensão nacional dos debates sobre gênero e sexualidade, sendo que seu suporte institucional (simbólico e financeiro) estavam agindo conforme uma lógica de injeção de recursos nas universidades públicas. Isto é, não é coincidência que esse projeto se desenvolve nos governos petistas, tanto pelo fomento que essa gestão teve para a realização de atividades na universidade, quanto pela possibilidade de tratar sobre esses temas na escola. Se esse projeto iniciasse hoje, qual seria a possibilidade de inserção e difusão nas escolas básicas?

3. PESQUISA

Se por um lado a extensão foi o grande cerne do projeto, por outro a pesquisa foi uma impulsionadora para a sua realização. É a partir do contato da equipe do NIGS com as escolas públicas da região, por meio de pesquisas realizadas nessas instituições, que surge a motivação para a realização de atividades nessas escolas. Ademais, a interligação entre extensão e pesquisa pode ser percebida pela reflexão constante que seus participantes tinham a respeito de suas práticas e pela produção de trabalhos acadêmicos em temas afins ao projeto.

As pesquisas realizadas pela equipe do NIGS tratavam sobre antropologia, gênero e educação nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina. Um dos livros que aborda essa pesquisa denomina-se *Antropologia, gênero e educação em Santa Catarina*, organizado por Tânia Welter, Miriam Pillar Grossi e Mareli Eliane Graupe, trouxe um panorama a respeito do ensino público nas redes básicas de educação de Santa Catarina principalmente no que concerne às temática do núcleo de pesquisa. Esse estudo demonstrou, dentro outros pontos, o que as pessoas que passaram pela instituição escolar experienciaram: os professores também não estão preparados para o debate desses temas e reproduzem as normas hegemônicas a respeito de gênero e sexualidade.

Lucia Souza e Mareli Graupe, em capítulo publicado no livro citado, analisaram o discurso de quatro orientadoras educacionais sobre diversidade sexual presente no cotidiano escolar, percebendo que muitas delas desconheciam os conceitos a respeito de identidade de gênero, sexualidade. Além disso, essa pesquisa mostrou que as orientadoras, ao falar de experiências com pessoas homossexuais em suas escolas, tinham dificuldade em nominar, em pronunciar. Quando questionadas a respeito da diversidade sexual no ambiente escolar, as orientadoras falavam expressões como “aluninho que está pendendo para aquele lado”, ou ainda “tem professoras que são...né”; ou seja, havia uma dificuldade em falar que aquelas pessoas eram gays e lésbicas. Ao empregar determinada linguagem, de forma a evitar a palavra homossexual, as pesquisadas explicitam o padrão social imposto e considerado “normal”, uma vez que o que esteve fora disso sequer deve ser identificado (SOUZA & GRAUPE, 2017).

A pesquisa citada demonstra que as questões sobre gênero e diversidade estão presentes no ambiente escolar, mas que existe um despreparo dos profissionais da educação no que diz respeito a um debate aberto e teoricamente embasado para o seu desenvolvimento. A fala dessas educadoras não é uma exceção, a dificuldade de trabalhar com gênero e sexualidade é percebido também em outras pesquisas. Como na pesquisa que se materializou através do livro *Sexualidades, juventudes e práticas docentes: uma etnografia da educação básica em escolas públicas de Santa Catarina*, organizado por Miriam Grossi, Felipe Fernandes e Fernanda Cardozo.

A partir de uma etnografia coletiva realizada nos anos de 2007 e 2008, realizou-se uma pesquisa em escolas públicas do estado de Santa Catarina buscando compreender quais eram as representações sobre iniciação sexual e homossexualidade de professoras e professores do sistema público de ensino. Neste sentido, o livro conclui o despreparo para falar sobre sexualidades relatadas por muitas professoras e professores e a repressão das poucas expressões homossexuais. Esses destaques sinalizam a escola como um lugar pautado por uma lógica normativa a respeito das questões de gênero e sexualidade, em que os “diferentes” não são incorporados nesses espaços.

Olhando retrospectivamente para essas pesquisas, podemos perceber que ela corroboraram para essa equipe de estudantes e investigadores pautassem uma atuação

nas escolas no que se refere à problematização das questões de gênero e sexualidade. Esse panorama contribuiu para a implementação do Curso de Especialização Gênero e Diversidade nas escolas (GDE)⁸ e também no projeto Papo Sério.

A realização dessa pesquisa possibilitou que o NIGS se aproximasse das escolas do Estado e pudesse perceber quais são as demandas dos alunos e alunas e professores e professoras relacionadas às temáticas de Gênero e Sexualidade. A partir dessa percepção, as oficinas podiam ser programadas e executadas de forma a atrair e responder à procura dos (as) estudantes. (Relatório final do Projeto Papo Sério, 2009)

O desconforto e despreparo no levantamento desses temas dentro do contexto escolar também podem ser percebidos através dos relatórios que analisei, em que constantemente os professores das escolas em que eram realizadas as atividades demonstravam o seu interesse no tema, ainda que relatassem a ausência de preparo técnico-profissional para lidar com essas questões.

Nessas reuniões com as escolas pudemos perceber que as demandas dos Coordenadores Pedagógicos, Professores e Diretores eram muito semelhantes. Todos contaram histórias sobre duas meninas ou dois meninos que foram vistos se beijando na escola ou sobre alguma garota que tinha ficado grávida. Comentavam que não sabiam o que fazer diante dessa situação. Alguns coordenadores perguntaram se não havia oficinas para professores também e explicaram que em muitas situações estes tinham problemas e dificuldades em aceitar expressões de diversidade (especialmente no que tange às questões das sexualidades, mas também das diferenças de gênero) e não sabiam como lidar com elas. Nessas conversas era possível perceber que realmente as oficinas seriam um momento importante de aprendizagem, tanto para os estudantes como para os professores. (Relatório final do Projeto Papo Sério, 2009)

Nesse sentido, pode-se perceber como a pesquisa e extensão podem caminhar juntas dentro da universidade, comprovando a importância da articulação. As pesquisas realizadas trouxeram conhecimento para os acadêmicos da realidade escolar, seus problemas e demandas, e a partir desse conhecimento foram elaborados mecanismos para a sua transformação.

Se de um lado percebemos a importância da pesquisa para a formulação de projetos de extensão, o contrário também se observa. A atuação dentro do projeto de

8 O curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola voltado principalmente para profissionais da área de educação e de movimentos sociais, ofereceu conhecimentos acerca da promoção, do respeito e da valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual, identidade de gênero e questões relativas à deficiência. Formando mais de 140 profissionais capacitados nessa temática.

extensão estimulou a reflexão acadêmica sobre o cotidiano escolar, motivo pelo qual levou muitos de seus integrantes a produzirem trabalhos acadêmicos nessas áreas.

Entendo que um dos fatores que contribui para a reflexão continuada sobre as práticas extensionista foi a metodologia utilizada no Papo Sérió. Por exemplo, após as oficinas realizadas nas escolas, seus integrantes se reuniam para avaliar suas ações e também eram estimulados a escrever relatórios sobre cada uma delas. Assim, seguindo os ensinamentos de Roberto Cardoso de Oliveira (1998), a observação participante pautada em olhar, ouvir e escrever contribui para um processo constante de pensar sobre as atuações. Talvez, inclusive, podemos nos arriscar a incorporar mais um verbo nessa atuação antropológica olhar, ouvir, atuar e escrever, uma vez que a prática foi um elemento agregador dentro do projeto.

Deste modo, gostaria de evidenciar a indissociabilidade e a importância de conjugar pesquisa e extensão, sendo que ambas são formas complementares de formação universitária e que contribuem de forma ímpar entre si. Há ainda uma terceira dimensão muito importante desse projeto que gostaria de tratar: o ensino.

4. ENSINO

Quando se fala a respeito de ensino no ambiente universitário existe uma tendência em vinculá-lo com a sala de aula, contudo, gostaria de privilegiar neste artigo o aprendizado proveniente da atividade extensionista. Ensino este que evidencia outras formas de aprender e de ensinar, inclusive trazendo elementos que podem ser incorporadas dentro das salas de aulas tradicionais.

Ao realizar essa pesquisa me deparei com um arcabouço enorme de relatórios de reuniões, preparação e avaliação das atividades realizadas nas escolas. Os documentos apontaram para uma intensa preparação dos universitários para a realização das oficinas, além de uma equipe extensa e qualificada atuando nessas atividades.

De modo geral, para a realização das oficinas os estudantes passavam por um processo de formação na área de gênero e sexualidade, além das disciplinas normais de seus respectivos cursos o núcleo de pesquisa e extensão procurou realizar grupos de estudos com diversos estudantes. Por exemplo, no ano de 2013 o NIGS realizou dois

desses grupos, o *Grupo de estudo sobre juventudes, educação e sexualidades*” e o *Grupo de estudo sobre masculinidade*, liderados respectivamente pelos pós-doutorandos da época Arianna Sala e Felipe Fernandes (SALA, 2013)

Além dessa formação continuada que o NIGS organizava, cada uma das oficinas contava com uma sistematização de atividades, anterior e posterior a sua realização. Deste modo, para cada oficina (ou grupo de oficinas) os integrantes realizavam os seguintes passos: (a) reunião de planejamento das oficinas, (b) atividades de explicação e revisão das dinâmicas que seriam utilizadas, (c) a aplicação das oficinas e por fim, (d) a avaliação grupal de cada uma delas. Esse cronograma revela a preocupação e o preparo que essas atividades geravam, de modo que as pessoas que estavam engajadas na sua realização tinham um processo completo de ensino-aprendizado prático e direcionado.

O planejamento das oficinas não ocorriam de maneira isolada dos problemas e demandas trazidas pela escola. Isso porque no contato com as escolas a respeito da realização das oficinas, uma vez que a maioria das oficinas chegavam pela própria procura das escolas da região, esse contato propiciava um diálogo entre a escola e a universidade.

Após os primeiros contatos com as escolas, normalmente via e-mail ou telefone, a equipe do NIGS fazia uma visita a fim de apresentar o Projeto Papo Sérió e conversar sobre a realidade da escola no que se refere às questões de gênero e sexualidades. (Relatório final do Projeto Papo Sérió, 2009)

Desse modo, a participação nas atividades do Papo Sérió proporcionou um arcabouço de conhecimento e de aprendizado aos seus integrantes. Um desses aprendizados foi efetivamente no que concerne às teorias sobre gênero e sexualidade, mas há ainda outros saberes que não estão nos livros. O conhecimento sobre a preparação de oficinas, metodologias de transmissão de conhecimento, a realidade das escolas públicas da região e também as suas demandas.

Ao pensar sobre a formação que temos dentro da esfera universitária, percebemos que esse projeto propiciou uma atuação dos estudantes – muitos deles professores em formação – em salas de aula. O conhecimento aprendido dentro do ambiente acadêmico passava por um processo de transposição para o ambiente escolar.

Por conseguinte, a participação nas oficinas proporcionou um aprendizado dos temas que seriam abordados e a forma de levar isso para dentro das escolas, refletindo diferentes técnicas segundo as características de cada turma e escola.

Além disso, cabe notar que as metodologias utilizadas nas oficinas buscavam uma interação constante com as turmas, de modo que os conteúdos abordados pudessem ser dialogados pelos estudantes e assim ressignificados através de suas experiências. Para isso, nessas oficinas eram utilizados recursos como: fotos, vídeos, músicas⁹, cartazes, revistas, entre outros; todos esses materiais eram pensados como forma de transmitir os ensinamentos sobre gênero e sexualidade de uma maneira acessível.

Portanto, um projeto de extensão é também um espaço de ensino-aprendizagem, de uma forma distinta da que os estudantes têm experienciado dentro dos espaços de salas de aula tradicionais. Poderia dizer que a forma de ensinar e aprender dentro desse grupo rompe com um modelo de educação bancária, se aproximando de uma educação libertária, conforme proposto por Paulo Freire.

Como nas atividades do NIGS estavam presentes professores e estudantes de várias etapas de formação (graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado) não estava presente uma dicotomia entre professores e alunos, na medida em que todos eram sujeitos detentores de conhecimentos anteriores. Nessa relação não haveria hierarquia de saberes, mas, sim, troca de saberes, em que os agentes educam-se mutuamente. Intrinsecamente ligada a essa forma de educação está a dialogicidade, uma vez que para ser possível uma educação libertária tanto o educador-educando, quanto o educando-educador, precisam se encontrar em uma relação de horizontalidade (Freire, 2015).

Assim, a experiência do Papo Sério nos mostra como as atividades de extensão são também locais de aprendizado coletivo, distinto daquele aprendido em momentos de ensino tradicional dentro do espaço acadêmico, mas de extrema importância para a formação socialmente comprometida e crítica das futuras antropólogas e cientistas sociais.

9 Para saber mais ver: DUTRA, E. ; GROSSI, M. P. . Problematizando Questões Feministas Através da Música: violências de gênero e lesbianidades nas oficinas do Papo Sério. In: Welter, Tania; Grossi, Miriam; Graupe, Mareli. (Org.). Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina. 1ed.Florianópolis/Tubarão: Editora Mulheres/Copiart, 2017, v. 1, p. 139-162.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurei refletir sobre o Projeto de Extensão Papo Sérió como um local de pesquisa, ensino e prática universitária. Ao resgatar o trabalho que foi feito durante todos esses anos, procurei entender como a relação entre essas três esferas da atividade acadêmica pode contribuir para a formação estudantil.

A extensão universitária como um espaço de diálogo com a comunidade não acadêmica, é um diálogo que transforma e traz inovações para ambos os envolvidos. Perceber como essa prática se consolida ao longo dos anos nas universidades brasileiras é relevante para evidenciar esse retorno necessário para a sociedade do conhecimento produzido dentro do ambiente científico. Esse retorno que a antropologia em seu caráter universitário, produzindo pesquisas nas áreas de gênero e diversidade, pode trazer para a atuação de profissionais da área da educação básica. Entendo esse caráter prático e de retorno como essencial para a produção científica, ainda mais para consolidarmos e renovarmos nossa compreensão sobre a realidade educacional.

A integração com a pesquisa também não se faz de forma isolada, essas duas práticas se retroalimentam. Se por um lado a pesquisa pode fornecer mecanismos de atuação, contribuir para a formulação de práticas consistentes e alinhadas com as demandas sociais; por outro, a atuação na comunidade produz uma compreensão mais afinada sobre os problemas sociais, contribuindo para a formulação de pesquisas socialmente relevantes. Entendo ainda como central para a antropologia brasileira esse diálogo próximo, esse contato efetivo, uma maneira de trazer sentido para as teorias que tanto estudamos.

Além de tudo isso, Projetos de Extensão são também locais de ensino-aprendizagem, diferentes da sala de aula e, por isso mesmo, transformadores para os seus integrantes. Através de um ensino coletivo, colaborativo e horizontal que é possível perceber novas formas de assimilação de conhecimento, sem dúvida que o ambiente acadêmico é embasado teoricamente, mas é também um local que busca a assimilação de conhecimentos pelos seus alunos. Entendo que a transformação dessas teorias em materiais, em oficinas, em eventos, é uma forma de tornar ativo conhecimentos, de colocar em ação e transformação os ensinamentos.

Deste modo, procuro ressaltar como a prática extensionista deve ser abordada como elementar para a formação universitária, não mais como um projeto complementar à pesquisa e o ensino, mas como indissociável dessas duas. Enquanto antropólogas, o contato direto com as comunidades não acadêmicas são de vital importância – é a base dessa área de conhecimento –, portanto a inclusão de atividades de extensão concomitantemente ao ensino tradicional deve ser valorizada e difundida, para resgatar seu potencial transformador para os participantes e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição; República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; 1988.

_____, MEC. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968: Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 1968.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, 2015.

DUTRA, Emilia Haline; GROSSI, Miriam Pillar. **Problematizando Questões Feministas Através da Música: violências de gênero e lesbianidades nas oficinas do Papo Sério**. In: Welter, Tania; Grossi, Miriam; Graupe, Mareli. (Org.). *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. 1ed. Florianópolis/Tubarão: Editora Mulheres/Copiart, 2017, v. 1, p. 139-162.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Oprimido**. 59^a ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GONÇALVES, Nadia; VIEIRA, Carina. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Antíteses**, v. 8, n. 15, 2015.

GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella. **Projeto de Pesquisa Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades**. Edital CAPES Educação em Direitos Humanos 2017 (38/2017)

GROSSI, Miriam Pillar.; FERNANDES, Felipe Bruno Martins ; CARDOZO, F. . **Sexualidades, Juventude e Representações Docentes: Uma etnografia em escolas públicas de Santa Catarina**. 1. ed. Tubarão: Tribo da Ilha/Copiart, 2017. v. 1. 221p .

GROSSI, Miriam Pillar (org). **Revista Papo Sério**. Coleção Cadernos NIGS. Ed. UFSC. 2016

GROSSI, Miriam Pillar (Coord.). **Relatório final do Projeto Papo Sério**. 2009

GROSSI, Miriam Pillar (Coord.). **Relatório final do Projeto Papo Sério - Discussões sobre Gênero, Homofobia e Prevenção com estudantes de escolas públicas de Santa Catarina**. 2010

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu - situando diferenças**, v. 0, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Aprendizaje situado: participación periférica legítima**. UNAM, Facultad de Estudios Superiores Iztacala, 2003.

MIRANDA, G. L.; NOGUEIRA, M. D. P. **Política nacional de Extensão universitária**. Fórum de pró-reitores de extensão das instituições de educação superior públicas brasileiras [Internet], 2012.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Onde Falha o Plano Nacional de Extensão?. **Interagir: pensando a extensão**, n. 4, p. 7-14, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Unesp, 1998.

PONTES, Heloísa. Inventário sob forma de fichário. Paixão e compaixão: militância e objetividade na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, v. 36, n. 0, p. 123–135, 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111391>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DOMINGOS DE ALMEIDA, Cristóvão; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, Número I, Julho de 2009. Disponível em: <www.rbhcs.com>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SALA, Arianna. Relatório Final do Projeto de Extensão Papo Sério UFSC. 2013. (Relatório de pesquisa).

SOUZA, L.; GRAUPE, M. **Homossexualidade na escola: percepção de orientadoras educacionais**. In: WELTER, T. (Org.) ; GROSSI, M. P. (Org.) ; GRAUPE, M. E. (Org.) *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. 1. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2017. v. 1.

Welter, Tânia; Grossi, Miriam Pillar & Graupe, Mareli Eliane (Orgs). **Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina**. Tubarão: Copiart, 2017.